



By @kakashi_copiador



Estratégia
Concursos



ACESSIBILIDADE



DISPOSIÇÕES GERAIS

ACESSIBILIDADE É DIREITO FUNDAMENTAL

Acessibilidade

Direito fundamental da pessoa com deficiência, que constitui instrumento capaz de eliminar barreiras.

1. aprovação de projetos arquitetônicos e urbanístico ou de comunicação e informação;
2. fabricação de veículos de transporte coletivo;
3. outorga ou renovação de concessão, permissão, autorização ou habilitação;
4. aprovação de financiamento de projeto com utilização de recursos públicos; e
5. concessão de aval da União para obtenção de empréstimo e de financiamento.

Desenho Universal



Conjunto de técnicas que proporcionam a criação de produtos, ambientes, programas e serviços capazes de serem utilizados por todas as pessoas.



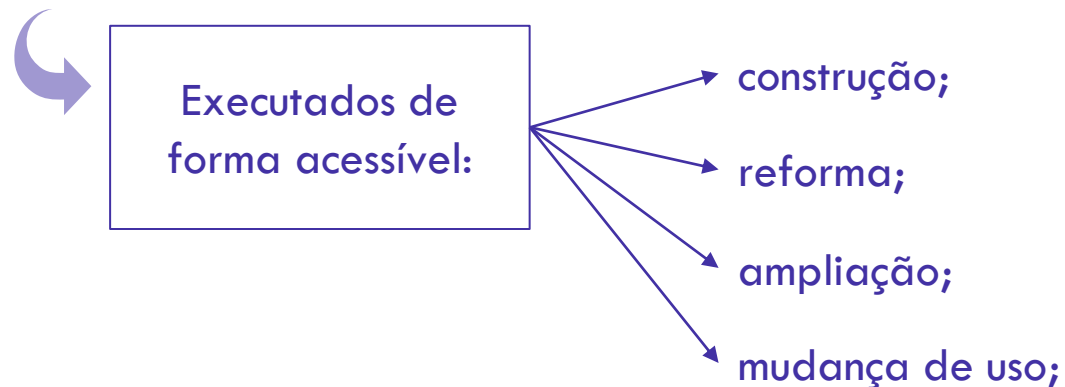
O desenho universal é instrumento de acessibilidade.



Quando não for possível, deve-se adotar a adaptação do razoável.

DESENHO UNIVERSAL

→ Temas de desenho universal devem se adotados nas diretrizes curriculares da educação profissional e tecnológica e nos programas, projetos e linhas de pesquisa.



→ o profissional de engenharia e arquitetura declarará a responsabilidade em atender as regras de acessibilidade previstas na legislação.

DISPOSIÇÕES GERAIS

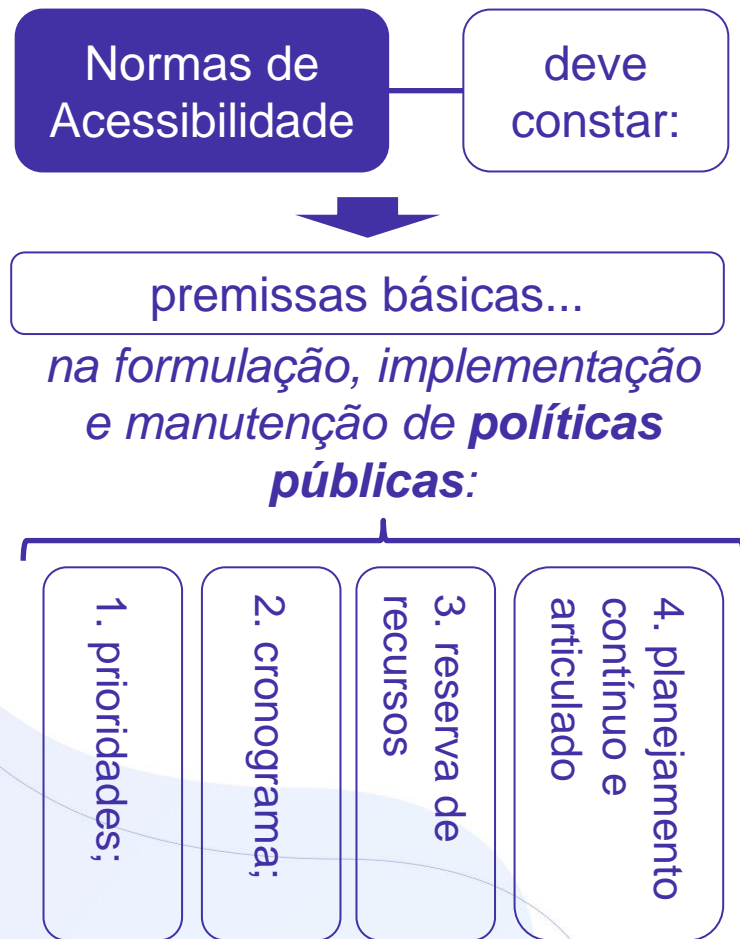


Deve ser atestado o atendimento às regras de acessibilidade

na aprovação, licenciamento ou emissão de certificado de projeto executivo (arquitetônico, urbanístico e o de instalações e equipamentos); e

no licenciamento ou emissão de certificado de conclusão de obra ou serviço.

- ☐ A acessibilidade deve ser exigida como regra geral em edificações públicas e privadas já existentes.
- ☐ No caso de projetos e construções novas de edificações privadas multifamiliares devem ser observadas as normas de acessibilidade, garantindo-se o mínimo previsto em legislação regulamentar. Veda-se, em razão disso, a cobrança de valor adicional por se tratar de atitude discriminatória.



1. planos diretores municipais;
2. planos diretores de transporte e trânsito;
3. planos de mobilidade urbana;
4. planos de preservação de sítios históricos;
5. código de obras;
6. códigos de postura;
7. leis de uso e ocupação do solo;
8. lei do sistema viário;
9. estudos prévios de impacto de vizinhança;
10. atividades de fiscalização e imposição de sanções; e
11. legislação referente à preservação contra incêndio e pânico.

É direito da
pessoa com
deficiência...



receber em formato acessível:

se assim requerer

boletos

recibos

extratos

cobrança de tributos



ACESSO À TECNOLOGIA E À INFORMAÇÃO

Acessibilidade
em Sites

➔ obrigatório
para:

empresas (brasileiras ou com sede no
Brasil); e

órgãos de governo.

➔ Devem conter o símbolo internacional da pessoa com deficiência em destaque.

➔ Telecentros e *lanhouses*

➔ devem ter instalações acessíveis.

↓
mínimo:

- 10% acessíveis; ou
- pelo menos, uma.

- ❑ O Poder Público deverá criar instrumentos e políticas públicas para ofertar telefonia (fixa e móvel) com acessibilidade.
- ❑ Os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem ter os seguintes recursos:
 - a) subtitulação (closed caption);
 - b) janela com intérprete; e
 - c) audiodescrição (narrador de fatos e imagens).

ACESSIBILIDADE EM LIVROS

- ☐ É obrigatório.
- ☐ O Poder Público incentivará o uso de livros em formatos acessíveis.
- ☐ Editoras que não ofertarem produção de livros em formatos acessíveis serão impedidas de participarem de editais de compras de livros para o Poder Público.



Formatos
acessíveis:

softwares leitores de telas;
leitura com voz sintetizada;
ampliação de caracteres;
diferentes contrastes;
impressão em Braille.

Acessibilidade em Sites de
Comercialização Virtual e em
Meios Publicitários

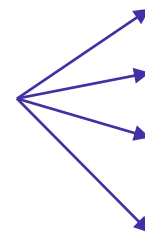


devem ser acessíveis

med. solicitação



devem
disponibilizar
em formato
acessível:



bulas;
prospectos;
textos;
material de
divulgação;

Congressos, seminários, oficinas
e eventos



devem ser acessíveis e adotar
instrumentos de tecnologia assistiva.



TECNOLOGIA ASSISTIVA





DIREITO À PARTICIPAÇÃO NA VIDA POLÍTICA

Direito à Participação na Vida Pública e Política



Garantia assegurada à pessoa com deficiência para que os exerça em igualdade de condições com as demais pessoas.

assegura-se o direito de votar e de ser votada;

compete à Justiça Eleitoral adotar procedimentos, instalações, materiais e equipamentos apropriados para garantir o direito ao voto;

compete ao Poder Público incentivar o exercício de funções públicas por pessoas com deficiência;

os pronunciamentos e propaganda políticas devem conter subtítuloção por meio de legenda oculta, janela com intérprete da Libras e audiodescrição;

assegura-se a liberdade para o exercício do voto, podendo contar com pessoa de confiança para auxiliá-la a votar.



CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ciência e Tecnologia



busca fomentar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a inovação e capacitação tecnológica para:

- melhoria da qualidade de vida;
- para melhoria na qualidade no trabalho; e
- para a inclusão social

— geração de conhecimento e criação de técnicas preventivas;

— desenvolvimento de tecnologias assistiva e social;

— criação de cursos de pós-graduação, formação em recursos humanos e inclusão do tema nas diretrizes curriculares;

— capacitação tecnológica;

desenvolvimento de políticas públicas e estímulo à pesquisa, desenvolvimento, inovação e difusão de tecnologias.

especialmente

emprego de tecnologias da informação e comunicação. e

adoção de soluções e difusão de normas de acessibilidade



ACESSO À JUSTIÇA



DISPOSIÇÕES GERAIS

Assegurado à pessoa com deficiência em igualdade de condições com as demais pessoas.

+

Adaptações necessárias e acesso aos recursos de tecnologia assistiva.

Acesso à Justiça

necessidade de capacitação de servidores:

- do Poder Judiciário;
- do Ministério Público;
- da Defensoria Pública;
- dos órgãos de segurança pública; e
- do sistema penitenciário.

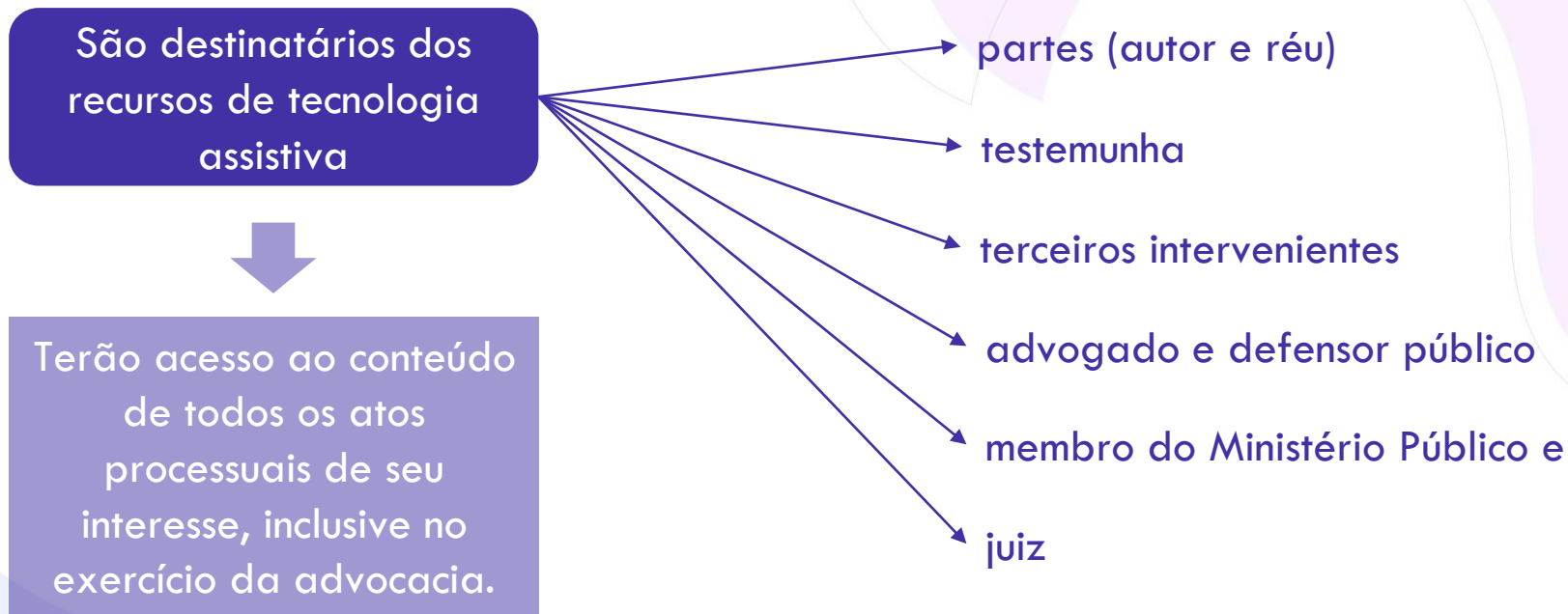
Pessoa com deficiência em cumprimento de medida restritiva de liberdade tem direito à acessibilidade.

devem assegurar os direitos previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência:



Ministério Público
Defensoria Pública

TECNOLOGIA ASSISTIVA EM ACESSO À JUSTIÇA





RECONHECIMENTO DA IGUALDADE PERANTE A LEI

- ❑ A pessoa com deficiência tem capacidade civil, segundo a legislação civil, tal como todas as demais pessoas. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (art. 114) alterou o Código Civil para adequá-lo à essa norma em vários pontos, especialmente:
- para prever que são absolutamente incapazes apenas os menores de 16 anos (art. 3º, CC);
 - para prever que são relativamente incapazes os ébrios habituais, os viciados em tóxico e aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade (art. 4º, CC);
 - para prever a capacidade da pessoa com deficiência de testemunhar em igualdade de condições com as demais pessoas (art. 1.518, CC);

- ❑ A pessoa com deficiência tem capacidade civil, segundo a legislação civil, tal como todas as demais pessoas. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (art. 114) alterou o Código Civil para adequá-lo à essa norma em vários pontos, especialmente:
- para prever a capacidade para o casamento, expressada autonomamente ou por intermédio de curador (art. 1.550, §2º, CC);
 - para prever que o desconhecimento quanto a impedimento de longo prazo não caracteriza erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge com vistas à anulação do casamento.

- ❑ Diante de dificuldades que a pessoa com deficiência possa enfrentar nas atividades diárias, o Estatuto da Pessoa com Deficiência tratou de criar dois instrumentos:
 - a) curatela; e
 - b) tomada de decisão apoiada.
- ❑ Apenas no primeiro caso teremos uma redução da capacidade civil (relativamente incapaz).

- ❑ O Estatuto da Pessoa com Deficiência (art. 114) alterou o Código Civil para adequar o regime de curatela:
- ao prever que ela a ação de curatela poderá ser promovida quando a pessoa com limitação de longo prazo tiver dificuldades de exprimir sua vontade, transitória ou permanentemente (art. 1.767, III, CC);
 - ao prever que o Ministério Público como legitimado ativo para as ações de curatela em caso de deficiência mental ou intelectual (art. 1.769, CC);
 - ao prever a necessidade de assistência da pessoa com deficiência na ação de curatela por equipe multidisciplinar (art. 1.771, CC);

- ❑ O Estatuto da Pessoa com Deficiência (art. 114) alterou o Código Civil para adequar o regime de curatela:
- ao prever que a curatela seja proporcional às necessidades do caso concreto, “segundo as potencialidades da pessoa, os limites da curatela” (art. 1.772, CC);
 - ao prever a possibilidade de designação de único curador para várias pessoas com deficiência curatelada (art. 1.775-A, CC);
 - ao prever apoio necessário para preservação do direito à convivência familiar e comunitária da pessoa com deficiência em regime de curatela, evitando o acolhimento institucional.

- ❑ O Estatuto da Pessoa com Deficiência (art. 114) alterou o Código Civil para instituir a tomada de decisão apoiada (art. 1.783-A, CC), que se caracteriza pela escolha, pela própria pessoa com deficiência, de duas ou mais pessoas de confiança, para auxílio na prática de atos da vida civil.

Reconhecimento Igual Perante
a Lei



A pessoa com deficiência reserva sua
capacidade legal para a prática de atos
da vida civil.

instrumentos protetivos

tomada de decisão apoiada; e
curatela.

A curatela impõe restrição à
capacidade civil.

Não há restrição da capacidade
civil na tomada de decisão
apoiada.

Ambas têm finalidade protetiva.

Curatela

Instrumento de proteção judicial, concedido à pessoa com deficiência para auxiliá-la na prática de atos patrimoniais.



há relativização da capacidade civil;



características:

protetiva;

extraordinária;

proporcional às necessidades do caso concreto;

temporária.



abrangência:

abrange!

atos patrimoniais;

atos negociais;

NÃO é possível exigir da pessoa com deficiência em regime de curatela a presença do curador para emissão de documentos.

não atinge!

ato relacionado ao corpo;

ato relacionado à sexualidade;

ato relacionado ao matrimônio;

ato relacionado à privacidade

ato relacionado à educação;

ato relacionado à saúde;

ato relacionado ao trabalho;

o voto.



CRIMES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Discriminação contra Pessoa com Deficiência

gia

Conduta

Pena

“Praticar, induzir ou incitar discriminação...”

Reclusão

1 a 3 anos

+

multa



se a vítima encontrar-se sob cuidado e responsabilidade do agente:



aumenta-se a pena em 1/3



se cometido por intermédio de meios de comunicação social ou de publicação:



Reclusão

2 a 5 anos

+

multa

→ medida administrativa: recolhimento ou busca e apreensão do material e interdição da mensagem ou página de internet.

→ ouvido o MP ou a requerimento deste.

Apropriação de Bens da Pessoa com Deficiência

Conduta

“Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão, benefícios, remuneração ou qualquer outro rendimento...”

Pena

Reclusão



1 a 4 anos



multa



cometido por tutor, curador, síndico, liquidatário, inventariante, testamenteiro, depositário ou em razão do ofício ou profissão:



aumenta-se a pena em 1/3

Abandono de Pessoa com Deficiência

Conduta

“Abandonar pessoa com deficiência em hospitais, casas de saúde, entidades de abrigamento ou congêneres...”



“... não prover as necessidades básicas de pessoa com deficiência quando obrigado por lei ou mandado”

Pena

Reclusão



6 meses a
3 anos



multa

Retenção/Utilização de Recursos da Pessoa com Deficiência para Vantagem Indevida

Conduta

“Reter ou utilizar cartão magnético, qualquer meio eletrônico ou documento de pessoa com deficiência destinados ao recebimento de benefícios, proventos, pensões ou remuneração ou à realização de operações financeiras, com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem”

Pena

Detenção

6 meses a
2 anos

+

multa



cometido por tutor ou curador:

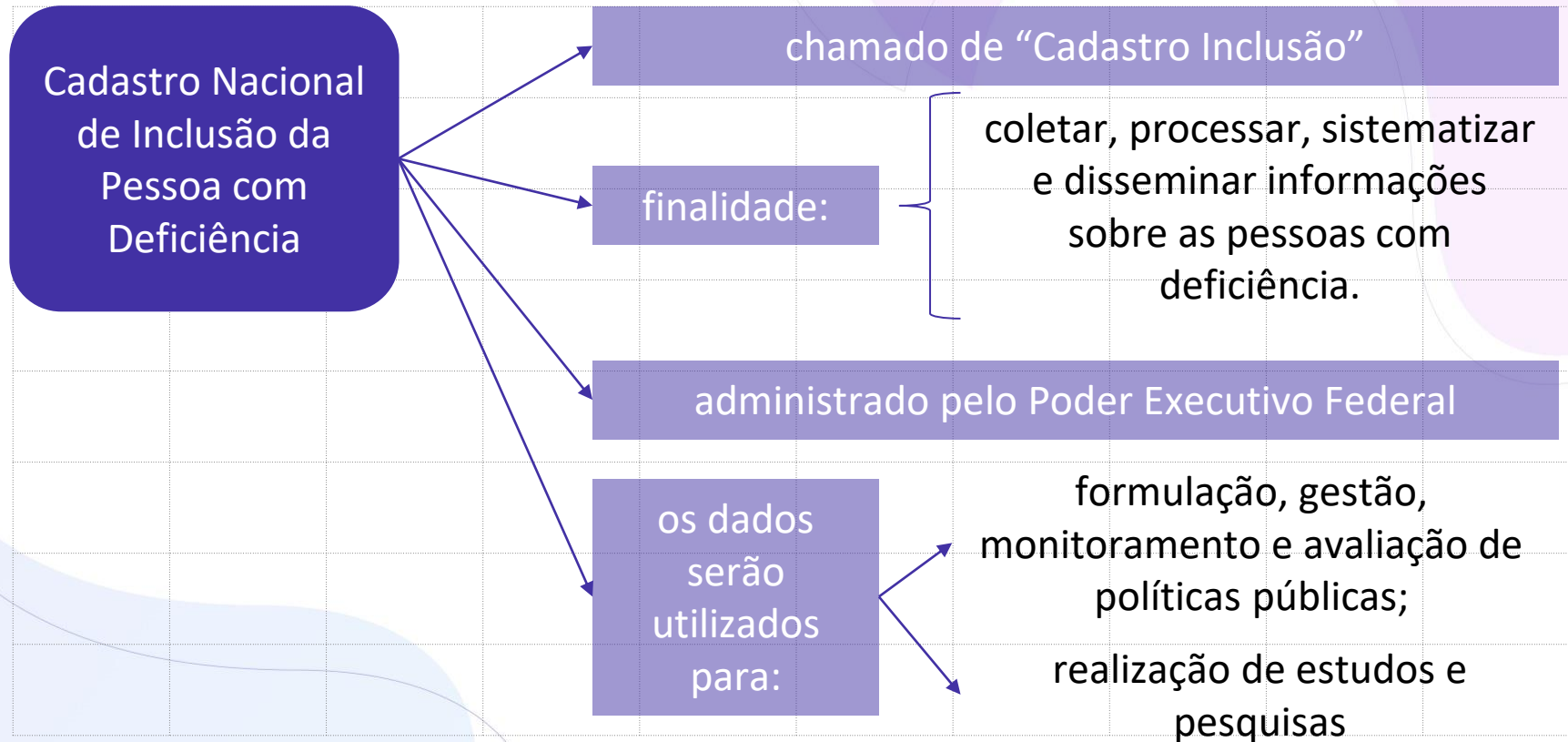


aumenta-se a pena em 1/3



DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Cadastro Inclusão



Verificação das normas em inspeções e auditorias

- ❑ Em fiscalizações e em auditorias, deve-se levar em consideração:
 - a) cumprimento da legislação relativa à pessoa com deficiência; e
 - b) normas de acessibilidade vigentes.

Auxílio Inclusão

Auxílio-Inclusão



Auxílio assistencial, cujo objetivo é manter a pessoa com deficiência no exercício de atividades laborativas.

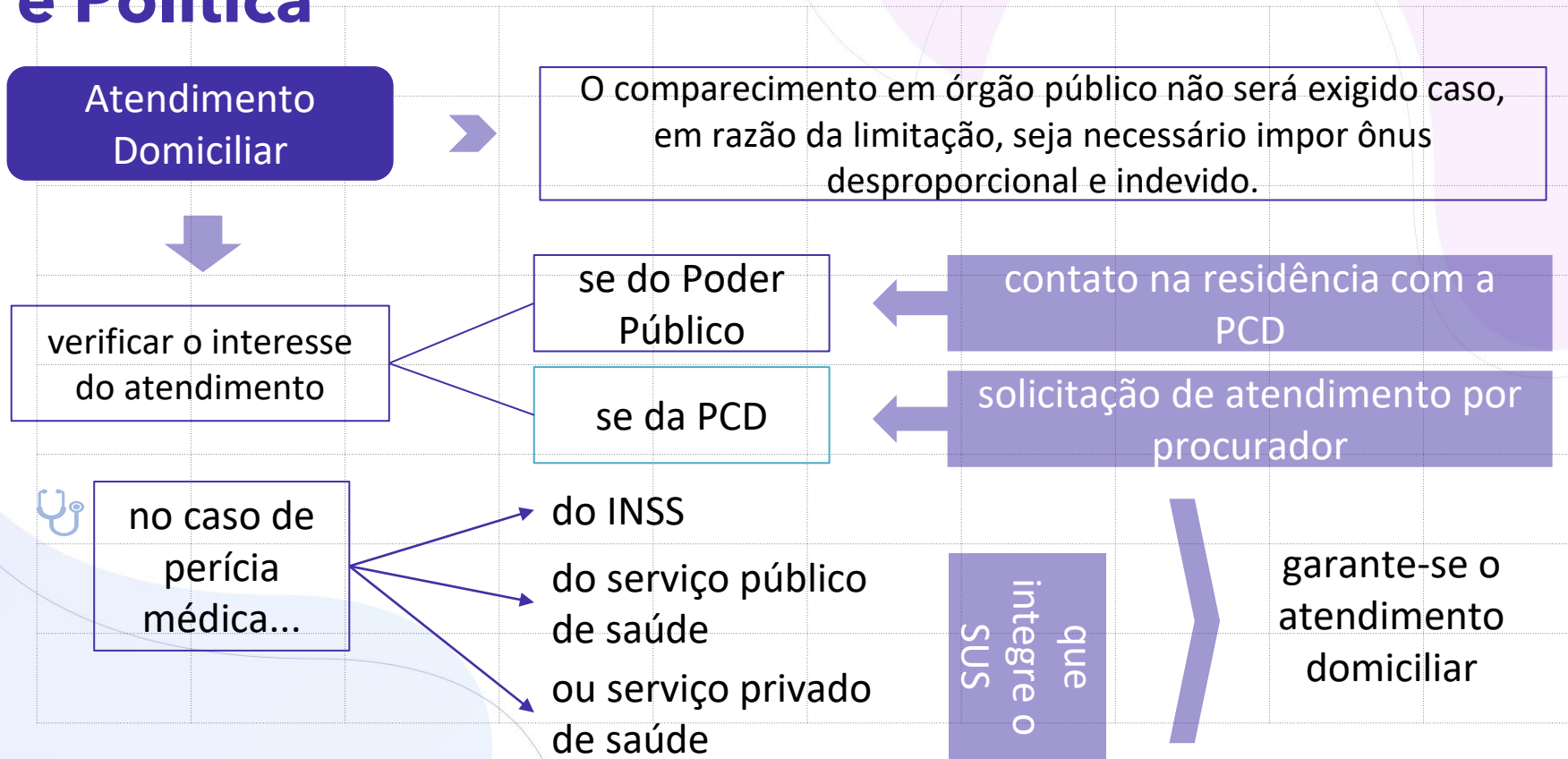
condições

reinserção no mercado de trabalho; e

hipossuficiência (aferida pelo recebimento do BPC-LOAS no presente ou recebimento nos últimos 5 anos)

não pode ser cumulado com o BPC-LOAS

Direito à Participação na Vida Pública e Política



Normas Alteradas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência

- ❑ O **CÓDIGO ELEITORAL** foi alterado para prever a obrigação de os TREs expedirem instruções a fim de orientar as Juntas Eleitorais quanto ao atendimento das normas de acessibilidade para o eleitor com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive em relação ao transporte para o dia das eleições.

Normas Alteradas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência

- ❑ A **CLT** foi alterada para assegurar o tratamento privilegiado ao aprendiz com deficiência para:
 - flexibilização das regras de comprovação da escolaridade para ter direito ao benefício; e
 - não exigência de desempenho suficiente ou adaptação do aprendiz como hipótese de rescisão antecipada do contrato de aprendizagem.

Normas Alteradas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência

- ❑ A **LEI DA CORDE** foi alterada para conferir legitimidade ao MP, à Defensoria Pública, às associações constituídas há mais de um ano, a autarquias, às empresas públicas, às fundações e a sociedade de economia mista a prerrogativa de promoverem a proteção à pessoa com deficiência.

Normas Alteradas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência

- ❑ A **LEI DO FGTS** prevê a possibilidade de movimentação da conta vinculada do **FGTS** quando necessitar órtese ou prótese para promoção de acessibilidade e de inclusão social.
- ❑ O **CDC** foi alterado para prever a obrigatoriedade de acessibilidade em produtos.
- ❑ A **LEI DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS** prevê a pessoa com deficiência (cônjuge, companheiro, filho de qualquer idade ou irmão) como beneficiária do Regime Geral de Previdência Social.

Normas Alteradas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência

- ☐ A **LEI DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CULTURA (PRONAC)** prevê incentivos para a edição de produtos culturais acessíveis à pessoa com deficiência.
- ☐ A **LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA** prevê que deixar de cumprir normas de acessibilidade é ato de improbidade violador dos princípios da Administração Pública.
- ☐ A **LEI DE LICITAÇÕES** prevê, entre os critérios de desempate e de margem de empresa nas licitações, o atendimento dos requisitos de acessibilidade.

Normas Alteradas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência

- ☐ A **LEI DO SUAS** foi alterada para adequar o conceito de pessoa com deficiência ao Estatuto.
- ☐ A **LEI DE PRÁTICAS DISCRIMINATÓRIAS NAS EMPRESAS** estabelece, entre as vedações, o tratamento desigual conferido à pessoa com deficiência.
- ☐ A **LEI QUE DISCIPLINA O IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA** estabelece a prioridade para recebimento da restituição do imposto de renda.

Normas Alteradas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência

❑ **CTB** foi alterado para prever:

- que a multa aplicada para quem estacionar em vaga reservada deve conter dados sobre a infração devida.
- regras de acessibilidade para quem fizer os testes para obtenção da CNH.

❑ A **LEI DO ESPORTE** foi alterada para prever receita vinculada aos esportes paraolímpicos, no importe de 37,04% sobre 2,7% da renda bruta de loterias.

Normas Alteradas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência

- ❑ A **LEI DE PRIORIDADE DE ATENDIMENTO** foi alterada para retirar a expressão “pessoa portadora de deficiência” e substituir por pessoa com deficiência.

Normas Alteradas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência

- ❑ **A LEI DE ACESSIBILIDADE** foi alterada para, em síntese:
 - adotar os conceitos do Estatuto da Pessoa com Deficiência (em referência ao art. 3º);
 - prever a obrigatoriedade de sinalização tátil para circulação de pedestres; e
 - prever a obrigatoriedade de fornecimento de cadeiras de rodas, motorizadas ou não, para atendimento à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida em centros comerciais.

Normas Alteradas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência

- ❑ O **ESTATUTO DA CIDADE** foi alterado para prever a obrigatoriedade de o Poder Público incluir, no ordenamento das cidades, regras de acessibilidade além de plano de rotas acessíveis para a circulação de pedestres.

Normas Alteradas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência

- ❑ O **CÓDIGO CIVIL** foi alterado para adequar o regime de curatela:
 - ao prever que a ação de curatela poderá ser promovida quando a pessoa com limitação de longo prazo tiver dificuldades de exprimir sua vontade, transitória ou permanentemente;
 - ao prever que o Ministério Público como legitimado ativo para as ações de curatela em caso de deficiência mental ou intelectual;
 - ao prever a necessidade de assistência da pessoa com deficiência na ação de curatela por equipe multidisciplinar;

Normas Alteradas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência

- ❑ O **CÓDIGO CIVIL** foi alterado para adequar o regime de curatela:
 - ao prever que a curatela seja proporcional às necessidades do caso concreto, “segundo as potencialidades da pessoa, os limites da curatela”;
 - ao prever a possibilidade de designação de único curador para várias pessoas com deficiência curatelada;
 - ao prever apoio necessário para preservação do direito à convivência familiar e comunitária da pessoa com deficiência em regime de curatela, evitando o acolhimento institucional.

Normas Alteradas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência

- ❑ O CÓDIGO CIVIL foi alterado para acrescentar o procedimento de tomada de decisão apoiada.

Tomada de
Decisão Apoiada



Medida protetiva por intermédio do qual a pessoa com deficiência escolhe duas ou mais pessoas, para lhe auxiliar na tomada de decisões para a prática de atos da vida civil.

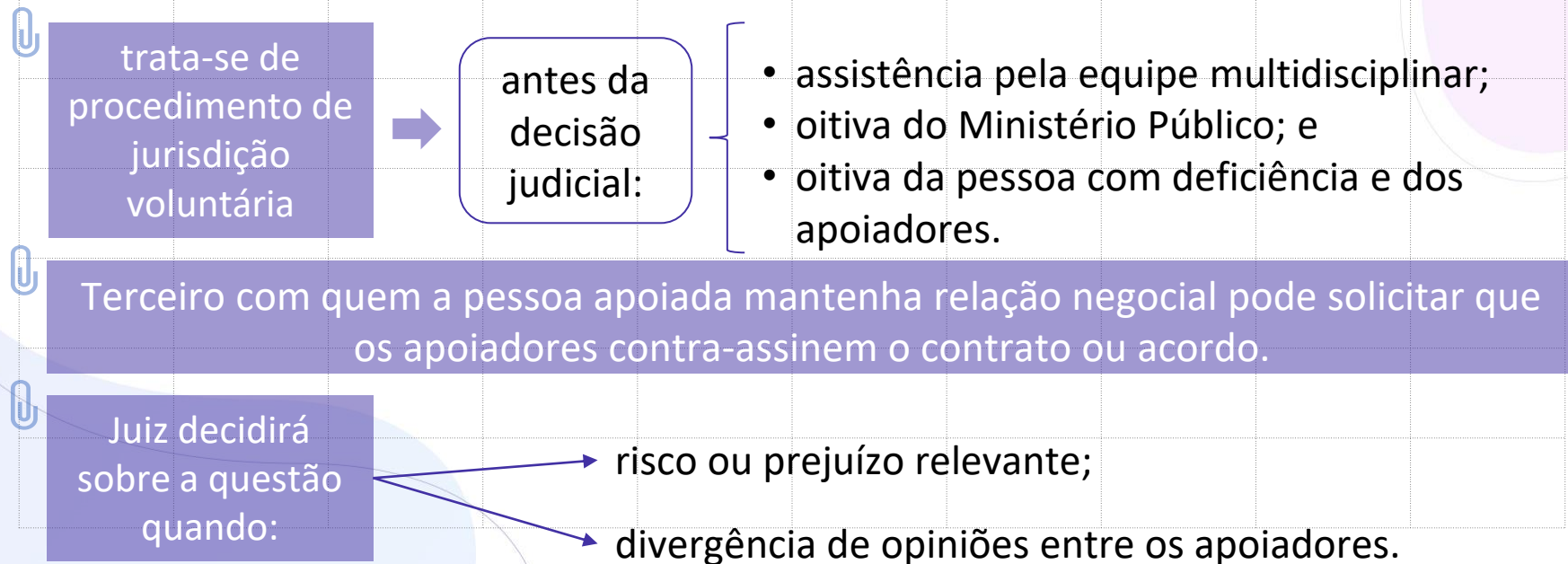


do termo
constará:

- limites do apoio;
- compromissos dos apoiadores;
- prazo de vigência do acordo;
- direitos e interesses da pessoa que devem apoiar.

Normas Alteradas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência

- ❑ O CÓDIGO CIVIL foi alterado para acrescentar o procedimento de tomada de decisão apoiada.



Normas Alteradas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência

- ☐ A **LEI DO CÃO-GUIA** foi alterada para autorizar a utilização do animal para auxílio à pessoa com deficiência a ser adotada em todas as modalidades de transporte coletivo.
- ☐ O **ESTATUTO DOS MUSEUS** foi alterado para estabelecer que, no planejamento de prestação dos serviços prestados em museus, devem ser observadas normas de acessibilidade.

Normas Alteradas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência

- ❑ A **LEI DE INTEGRAÇÃO SOCIAL** foi alterada para prever crimes específicos contra a pessoa com deficiência:
 - a) recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição do aluno em estabelecimento de ensino em razão da deficiência;
 - b) obstar inscrição em concurso público ou acesso a carga ou emprego público em razão da deficiência;

Normas Alteradas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência

❑ A **LEI DE INTEGRAÇÃO SOCIAL** foi alterada para prever crimes específicos contra a pessoa com deficiência:

c) negar ou obstar emprego, trabalho ou promoção em razão da deficiência;

d) Recusar, retardar ou dificultar internação ou deixar de prestar assistência em razão da deficiência;

e) deixar de cumprir, retardar ou frustrar execução de ordem judicial em ação civil pública com fundamento na Lei 7.853/1989;

Normas Alteradas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência

❑ A **LEI DE INTEGRAÇÃO SOCIAL** foi alterada para prever crimes específicos contra a pessoa com deficiência:

f) recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil pública com fundamento na Lei 7.853/1989;

g) impedir ou dificultar o ingresso de pessoa com deficiência em planos privados de assistência à saúde.

Normas Alteradas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência

- ❑ A **LEI DE INTEGRAÇÃO SOCIAL** foi alterada para prever crimes específicos contra a pessoa com deficiência:
 - pena: reclusão de 2 a 5 anos e multa;
 - hipóteses de agravamento de pena:
 - praticada contra menor de 18 anos; e
 - praticado em atendimento de urgência e de emergência.



DIREITOS FUNDAMENTAIS (QUESTÕES)

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, é um conjunto de dispositivos destinados a assegurar e a promover, em igualdade de condições com as demais pessoas, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Considerando o Capítulo I do Direito à Vida, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) A pessoa com deficiência não poderá ser obrigada a se submeter à intervenção clínica ou cirúrgica, a tratamento ou institucionalização forçada.

- B) É assegurada atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do SUS, garantido acesso universal e igualitário.
- C) O consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência, é indispensável para a realização de tratamento, procedimento, hospitalização e pesquisa científica.
- D) A pessoa com deficiência somente será atendida sem seu consentimento prévio, livre e esclarecido em casos de risco de morte e de emergência em saúde, resguardado seu superior interesse e adotadas as salvaguardas legais cabíveis.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, em sua 5ª edição publicada em 2021, em relação ao direito à saúde, afirma que as diretrizes se aplicam também às instituições privadas que participem de forma complementar do SUS ou que recebam recursos públicos para sua manutenção. Nesse sentido, é assegurado à pessoa com deficiência

- A) aprimoramento e expansão dos programas de imunização e de triagem neonatal.
- B) acompanhamento da gravidez, do parto e do puerpério, com garantia de parto humanizado e seguro.

C) cobrança de valores diferenciados e compatíveis em razão de sua condição por parte dos planos e seguros privados de saúde.

D) diagnóstico e intervenção precoces realizados por equipe multidisciplinar, bem como atendimento psicológico, inclusive para seus familiares e atendentes pessoais.

E) internada ou em observação, o direito a acompanhante ou atendente, desde que se responsabilize pelas condições adequadas para a permanência do mesmo em tempo integral.

Os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) deverão promover ações articuladas para garantir à pessoa com deficiência e sua família a aquisição de informações, orientações e formas de acesso às políticas públicas disponíveis, com a finalidade de propiciar sua plena participação social. São considerados programas e serviços de habilitação e de reabilitação para a pessoa com deficiência, EXCETO:

- A) Tecnologia assistiva, tecnologia de reabilitação.
- B) Acessibilidade em todos os ambientes e serviços.
- C) Capacitação continuada de todos os profissionais que participem dos programas e serviços.
- D) Organização, serviços, métodos, técnicas e recursos para atender à pessoa com deficiência indistintamente.
- E) Materiais e equipamentos adequados e apoio técnico profissional, de acordo com as especificidades de cada pessoa com deficiência.

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, em caso de internação ou de ficar em observação, o direito a acompanhante:

- A) dependerá das condições objetivas da instituição em que a pessoa estiver sendo atendida;
- B) obedece a legislação no que concerne à faixa etária, sendo permitida somente para crianças e idosos;
- C) vincula-se à gravidade da patologia apresentada, e será ou não recomendado pelo médico assistente;

D) deve ser garantido pela instituição de saúde, a partir da alocação e permanência de profissionais especializados;

E) é assegurado, devendo a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para sua permanência em tempo integral.

No que diz respeito à Inclusão da pessoa com deficiência no trabalho, o Estatuto da Pessoa com Deficiência determina que a colocação competitiva da pessoa com deficiência pode ocorrer por meio de trabalho com apoio, observadas as seguintes diretrizes:

- I. realização de avaliações periódicas;
- II. prioridade de alocação em empresas privadas;
- III. respeito ao perfil vocacional e ao interesse da pessoa com deficiência apoiada.

Está correto o que se afirma em:

- A) somente I;
- B) somente II;
- C) somente I e II;
- D) somente I e III;
- E) I, II e III.

De acordo com a Lei no 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a colocação competitiva da pessoa com deficiência pode ocorrer por meio de trabalho com apoio, constituindo diretriz dessa atividade:

- A) igualdade no atendimento à pessoa considerada deficiente, ainda que os graus de deficiência sejam distintos.
- B) provisão de suportes individualizados que atendam a necessidades específicas da pessoa com deficiência, excetuada a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva.

- C) respeito ao perfil vocacional e ao interesse da pessoa com deficiência.
- D) necessidade de participação de organizações da sociedade civil.
- E) realização de avaliação permanente.

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos é obrigação

- A) exclusiva dos órgãos públicos.
- B) das pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza.
- C) exclusiva das fundações e pessoas jurídicas de direito público.
- D) exclusiva das associações e fundações.
- E) expressa apenas das pessoas de direito privado.

Com relação aos direitos da pessoa idosa, julgue o item que se segue.

Caberá ao poder público, no âmbito da assistência social, prover o sustento da pessoa idosa, caso esta ou os seus familiares não tenham condições de fazê-lo.

Considerando a Lei nº 13.146/2015, analise as afirmativas a seguir.

I. Os casos de suspeita ou de confirmação de violência praticada contra a pessoa com deficiência serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade policial e ao Ministério Público, além dos Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

II. Devem ser oferecidos todos os recursos de tecnologia assistiva disponíveis para que a pessoa com deficiência tenha garantido o acesso à Justiça, sempre que figure em um dos polos da ação ou atue como testemunha, participe da lide posta em juízo, advogado, defensor público, magistrado ou membro do Ministério Público.

III. É assegurada atenção integral à saúde da pessoa com deficiência exclusivamente nos níveis de complexidade de prevenção primária e secundária, por intermédio do SUS, garantido acesso às ações e aos serviços de saúde pública, onde compete ao Ministério Público desenvolver ações destinadas à prevenção de deficiências por causas evitáveis.

CONSULPLAN/MPMG/2023

Está correto o que se afirma apenas em

A) II.

B) I e II.

C) I e III.

D) II e III.



VALEU!